



EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 043/2026.
PROCESSO Nº 1196/2026.

O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE INHUMAS GOIÁS, TORNA PÚBLICO, PARA CONHECIMENTO DOS INTERESSADOS, QUE REALIZARÁ LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA, NOS TERMOS DA LEI Nº 14.133/2021, LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006, LEI Nº 11.488/2007 E DECRETOS MUNICIPAIS nº 326/2023 a 337/2023, 310/2024 a 313/2024 e 317/2024, E DAS EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE EDITAL.

Data da sessão: 13/07/2026.	Horário: 08:00min
Local: BNC – BOLSA NACIONAL DE COMPRAS – https://bnc.org.br/	
Modo de disputa: ABERTO	
Valor total da contratação: R\$ 64.643,52 (Sessenta e quatro mil seiscientos e quarenta e três reais e cinquenta e dois centavos).	Critério de julgamento: MENOR PREÇO POR ITEM.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS NO MUNICÍPIO DE INHUMAS- GO VISANDO ATENDIMENTO DE 204 FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL, SELECIONADAS COM BASE NOS DADOS DO CADASTRO ÚNICO PARA PROGRAMAS SOCIAIS DO GOVERNO FEDERAL.	
Preferência ME / EPP / Equiparadas: SIM.	Impugnações e Esclarecimentos até: às 23:59 horas do dia 07/07/2026.
Informações E-mail: diretorialicitacao.inhumas@gmail.com Telefone: (62) 3511-2121 Endereço: Av. Wilson Quirino de Andrade, nº 450, Bairro Anhanguera, Inhumas, Goiás, CEP: 75.407-530	Decreto 776/2025. Laila Cristina Domingos de Paula Pereira Lucas Silva Barbosa



1. DO OBJETO.

1.1. O objeto da presente licitação é a contratação de empresa para aquisição de cestas básicas no município de Inhumas- GO visando atendimento de 204 famílias em situação de vulnerabilidade social, selecionadas com base nos dados do Cadastro único para Programas Sociais do Governo Federal.

1.2. A licitação será **Menor Preço**, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.3. O critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO POR ITEM**, considerado o menor dispêndio para a Administração, nos termos do art. 34 da Lei nº 14.133/2021, e observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do município para o exercício de 2026, na classificação abaixo:
ÓRGÃO GERENCIADOR: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE INHUMAS GOIÁS

Descrição	Dotação Orçamentária	Despesa	Ficha	Fonte	Valor
Manut. Sec.de Desenvolvimento Social - SEDES	11-21- 08.244.0052.2.039	3.3.90.32.00	0936	100.000	R\$ 9.506,40
		3.3.90.32.00		137.000	R\$ 55.137,12

3. DO CREDENCIAMENTO.

3.1. O Pregão é o nível básico do registro cadastral no **BNC – BOLSA NACIONAL DE COMPRAS** que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória PREGÃO, em sua forma ELETRÔNICA.

3.2. O cadastro deverá ser feito no BNC – BOLSA NACIONAL DE COMPRAS, no sítio <https://bnc.org.br/>;

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a esta licitação.

3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do



sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no **BNC** e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.6. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4. DO TRATAMENTO DIFERENCIADO A ME/EPP/EQUIPARADAS:

4.1. A obtenção do benefício a que se refere o presente tópico fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

4.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

5. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.

5.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com o credenciamento regular no **BNC – BOLSA NACIONAL DE COMPRAS**.

5.2. Não poderão participar desta licitação os interessados:

5.2.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

5.2.2. Que não atendam às condições deste Edital e seus anexos;

5.2.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

5.2.4. Que se enquadrem nas vedações previstas nos artigos 9º e 14 da Lei nº 14.133/2021;



5.2.5. Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

5.2.6. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

5.2.7. Agente público do município.

5.2.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do município, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.9. O licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica que encontre impossibilitada de participar em decorrência de sanção imposta, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante

5.3. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

5.3.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49 e que não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;

5.3.1.1. Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

5.3.1.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

5.3.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

5.3.3. Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

5.3.4. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, sendo ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;



5.3.5. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1998;

5.3.6. Que a proposta foi elaborada de forma independente;

5.3.7. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.3.8. Que cumpre com a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213/1991.

5.4. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA.

6.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico a proposta, com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

6.2. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.3. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema;

6.4. Não será estabelecida, nesta etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

6.5. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação da Pregão e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.

7.1. O licitante enviará sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:



7.1.1. Valor unitário e total para cada item ou lote de itens, em moeda corrente nacional, quando for o caso;

7.1.2. Marca de cada item ofertado, se houver

7.1.2.1. Caso item não possua marca, deverá a licitante preencher o espaço com os seguintes caracteres (XXXX), de forma a não identificar a proposta, bem como para liberar o preenchimento dos demais campos;

7.1.3. Fabricante de cada item ofertado, se houver;

7.1.3.1. Caso item não possua fabricante, deverá a licitante preencher o espaço com os seguintes caracteres (XXXX), de forma a não identificar a proposta, bem como para liberar o preenchimento dos demais campos;

7.1.4. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência, indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

7.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a licitante.

7.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou serviços.

7.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

7.6. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;

8. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.

8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.



8.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará a que identifique o licitante ou contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

8.3. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.4. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

8.5. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

8.6. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

8.7. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.7.1. O lance deverá ser ofertado de acordo com o tipo de licitação indicada no preâmbulo deste Edital.

8.8. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

8.9. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário.

8.9.1. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.9.2. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 0,01 (um centavo)**.

8.9.3. Será adotado para o envio de lances na licitação o **MODO DE DISPUTA ABERTO**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

8.9.3.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

8.9.3.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados neste período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.



8.9.3.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

8.9.3.4. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o Pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

8.9.3.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

8.9.4. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo Pregoeiro.

8.9.5. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

8.9.6. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

8.9.7. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

8.9.8. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do pregoeiro aos participantes do certame, publicada no <https://bnc.org.br>, quando serão divulgadas data e hora para a sua reabertura. A nova sessão acontecerá apenas após decorridas, no mínimo, vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

8.9.9. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

8.9.10. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123/2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538/2015.

8.9.11. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.



8.9.12. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

8.9.13. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

8.9.14. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.9.15. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

8.9.16. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

8.9.17. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

8.9.17.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

8.9.17.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes;

8.9.17.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

8.9.18. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle;

8.9.19. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:



8.9.20. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

8.9.20.1. empresas brasileiras;

8.9.20.2. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

8.9.20.3. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.

8.9.21. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

8.9.21.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.9.22. O Pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de até 2 horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

8.9.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

9. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

9.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

9.2. Será desclassificada a proposta que contiver vício insanável; que não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas no edital ou apresentarem desconformidade com exigências do ato convocatório.

9.3. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.



9.3.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

9.3.2. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

9.3.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

9.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

9.5. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

9.6. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências para que a licitante comprove a exequibilidade da proposta.

9.7. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, **vinte e quatro horas de antecedência**, e a ocorrência será registrada em ata;

9.8. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de até 2 horas, sob pena de não aceitação da proposta.

9.8.1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.



9.8.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

9.9. A Administração poderá solicitar carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor.

9.10. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

9.11. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

9.12. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

9.12.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

9.12.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.13. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123/ 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

9.14. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9.15. Manutenção da Proposta e Consequências por Desistência: Após a fase de disputa de lances, o licitante classificado que não mantiver sua proposta, sem a devida comprovação de fato superveniente que justifique a desistência, incorrerá na infração administrativa prevista no Art. 155, inciso V, da Lei nº 14.133/2021.

9.15.1. Os licitantes deverão atentar-se rigorosamente à formulação de seus lances, evitando a apresentação de valores manifestamente inexequíveis. A oferta de proposta com preço inexequível poderá ensejar a desclassificação do item, conforme o disposto no Art. 59,



inciso III, da Lei nº 14.133/2021, e não exime o licitante da responsabilidade pela manutenção de sua proposta.

9.15.2. Qualquer solicitação de desclassificação ou justificativa para a não manutenção da proposta será analisada pelo Pregoeiro, que agirá com vistas a garantir a segurança jurídica do certame, em conformidade com o Art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

9.15.3. Constatada a infração, ou a desistência injustificada da proposta, será instaurado o competente processo administrativo sancionador, nos termos do Art. 158 da Lei nº 14.133/2021, para apurar a responsabilidade do licitante e aplicar as sanções cabíveis, que podem incluir advertência, multa, impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, ou declaração de inidoneidade, conforme o Art. 156 da mesma Lei.

10. DA HABILITAÇÃO.

10.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos documentos inseridos no BNC, e ainda nos seguintes cadastros:

10.1.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e o o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (www.portaldatransparencia.gov.br/);

10.1.2. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

10.1.3. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:0>

10.1.4. Lista de impedidos de contratar ou licitar mantida pelo Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás – TCMGO <https://www.tcmgo.tc.br/site/tcm-em-acao/impedidos-de-licitar-ou-contratar/>

10.1.5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.



10.1.6. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligencia para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

10.1.7. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

10.1.8. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

10.1.9. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

10.1.10. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/ 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

10.1.11. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do **BNC – BOLSA NACIONAL DE COMPRAS**, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e à habilitação técnica.

10.1.12. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do **BNC – BOLSA NACIONAL DE COMPRAS**, para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar a respectiva documentação atualizada no prazo mínimo de duas horas, assim que solicitada via chat.

10.1.13. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

10.1.14. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, **no prazo de 2 horas sob pena de inabilitação.**

10.1.15. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

10.1.16. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.1.17. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles



documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.1.18. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10.1.19. Esses documentos presumem-se verdadeiros, respondendo as licitantes por qualquer envio de documento ou arquivo que não represente a realidade da empresa ou situação

10.1.20. Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

10.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

10.2.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

10.2.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.2.3. Microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

10.2.4. Sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.2.5. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

10.2.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

10.2.7. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;



10.2.8. Sociedade estrangeira em funcionamento no País: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede;

10.2.9. Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

10.2.10. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

10.2.11. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

10.3. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

10.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

10.3.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

10.3.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

10.3.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

10.3.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;



10.3.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

10.3.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

10.3.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

10.4. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA.

10.4.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos 60 (sessenta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão;

10.4.2. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

10.5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.

10.5.1. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da contratação, mediante apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) o fornecimento de equipamentos de sonorização e iluminação e/ou a execução de serviços de instalação e adequação técnica de sistemas de áudio e iluminação, compatíveis com as características do objeto licitado.

10.5.2. O(s) atestado(s) apresentado(s) deverá(ão) demonstrar que a licitante executou ou executa serviços e fornecimentos compatíveis em características, complexidade e porte com o objeto desta contratação;

10.5.3. A Administração poderá promover diligências para verificação da autenticidade das informações constantes nos atestados apresentados, nos termos da Lei nº 14.133/2021.



11. DECLARAÇÕES:

11.1.1. ANEXO III – Declaração Conjunta (Modelo);

12. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA.

12.1. A proposta final concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de **2 HORAS** a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico.

12.2. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123/2006.

12.2.1. Ser redigida em língua portuguesa, digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

12.2.2. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

12.2.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

12.3. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

12.4. Os preços devem ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.

12.4.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

12.5. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

12.6. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

12.7. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.



13. DOS RECURSOS.

13.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, **DEVERÁ o licitante interessado manifestar, imediatamente, a sua intenção de recorrer**, em campo próprio do sistema.

13.2. O recorrente terá, a partir de então, o prazo 3 (três) dias úteis para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros 3 (três) dias úteis, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses

13.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

14. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA.

14.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

14.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

14.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

14.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

14.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), ou e-mail, ou de acordo com a fase do procedimento licitatório.

14.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no **CADASTRO DO BNC – BOLSA NACIONAL DE COMPRAS**, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.



15. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO.

15.1. Julgados os recursos, constatada a regularidade dos atos praticados, a Autoridade Competente adjudicou e homologou a licitação.

16. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO.

16.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

17. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

17.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

17.2. O adjudicatário terá o prazo de **05 dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

17.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 05 dias, a contar da data de seu recebimento.

17.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração

17.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

17.3.1. Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133/2021;

17.3.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

17.3.3. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas no artigo 137 da Lei nº 14.133/2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 138 e 139 da mesma Lei.

17.4. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.



17.5. Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas neste Edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

17.5.1. Na hipótese de irregularidade, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de **até 05 (cinco) dias úteis**, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

17.6. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

18. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL.

18.1. As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

19. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO.

19.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto estão previstos no Termo de Referência

19.2. DA FISCALIZAÇÃO

19.2.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

19.2.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

19.2.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

19.2.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.



19.2.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

19.2.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

19.2.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

19.2.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

19.2.9. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

19.2.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

19.2.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

19.2.12. O fiscal técnico do contrato deverá comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

19.2.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

19.2.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;



19.2.15. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

19.2.16. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

19.2.17. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

19.2.18. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

19.2.19. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

19.2.20. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

19.2.21. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

19.2.22. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

20. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA



20.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

21. DO PAGAMENTO.

21.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

22. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

22.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o licitante/adjudicatário que:

22.1.1. Der causa à inexecução parcial ou total do contrato;

22.1.2. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

22.1.3. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

22.1.4. Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

22.1.5. Ensejar o retardamento da execução ou entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

22.1.6. Apresentar declaração ou documentação falsa;

22.1.7. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

22.1.8. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

22.1.9. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

22.1.10. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013

22.2. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções, conforme Decreto 335/2023:

22.2.1. Advertência por escrito;

22.2.2. Multa;

22.2.3. Impedimento de licitar e contratar;

22.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

22.3. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.



23. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.

23.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital e/ou apresentar pedido de esclarecimento.

23.2. A **IMPUGNAÇÃO** e/ou **PEDIDO DE ESCLARECIMENTO** deverão ser feitos **EXCLUSIVAMENTE** por **FORMA ELETRÔNICA** no sistema BNC- BOLSA NACIONAL DE COMPRAS.

23.3. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada BNC- BOLSA NACIONAL DE COMPRAS no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

23.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

23.5. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame, salvo quando se amoldar ao art. 55, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

23.6. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

23.7. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

23.8. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados, bem como outros avisos de ordem geral, serão cadastradas no sítio BNC- BOLSA NACIONAL DE COMPRAS, sendo de responsabilidade dos licitantes, seu acompanhamento.

23.9. A petição de impugnação apresentada por empresa deve ser firmada por sócio, pessoa designada para a administração da sociedade empresária, ou procurador, e vir acompanhada, conforme o caso, de estatuto ou contrato social e suas posteriores alterações, se houver, do ato de designação do administrador, ou de procuração pública ou particular (instrumento de mandato com poderes para impugnar o Edital).

24. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

24.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

24.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.



24.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

24.4. No julgamento das propostas o Pregoeiro ou a comissão de licitação, quando o substituir, e no julgamento dos documentos a comissão de licitação, poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

24.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

24.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

24.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

24.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

24.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

24.10. O licitante é o responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

24.10.1. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do documento equivalente, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

24.11. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

24.12. O **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE INHUMAS GOIÁS**, poderá revogar este Pregão por razões de interesse público decorrente de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por



provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado, desde que observados os princípios da ampla defesa e contraditório.

24.12.1. A anulação do Pregão induz à extinção do contrato.

24.12.2. A anulação da licitação por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar.

24.13. É facultado à Autoridade Superior, em qualquer fase deste Pregão, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

24.14. O Edital está disponibilizado, na íntegra, nos endereços eletrônicos: <https://bnc.org.br>, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no site do município e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Av. Wilson Quirino de Andrade, nº 450, Bairro Anhanguera, Inhumas, Goiás, CEP: 75.407-530.

24.15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA E ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS;

ANEXO III – DECLARAÇÃO CONJUNTA (MODELO);

ANEXO IV – CONTRATO ADMINISTRATIVO;

Inhumas/GO, em 25 de junho de 2026.

Inúbia Aparecida da Silva

GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE INHUMAS GOIÁS



SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

1. OBJETO

1.1. O objeto desta Licitação, modalidade Pregão Eletrônico, consiste na aquisição de cestas básicas no município de Inhumas- GO visando atendimento de 204 famílias em situação de vulnerabilidade social, selecionadas com base nos dados do Cadastro único para Programas Sociais do Governo Federal, observando critérios socioassistenciais adotados pela Secretaria de Desenvolvimento Social, priorizando famílias em situação de insegurança alimentar e baixa renda, conforme tabela abaixo:

ITEM	UNID	QUANT	ESPECIFICAÇÕES	VALOR UNIT.	TOTAL
1	UND	204	Cesta Básica	R\$ 316,88	R\$ 64.643,52

As cestas serão compostas pelos seguintes itens, nas seguintes especificações:

ITEM	UNID	ALIMENTOS	QNT
1	UND	ARROZ AGULHINHA POLIDO, CLASSE LONGO FINO, TIPO 1, GRÃOS ÍNTEGROS, embalagem plástica, peso líquido 5 quilos. Tabela nutricional (porção 50g) Valor energético: 191 kcal, Carboidratos: 43g, Proteínas: 3g, Gorduras Totais: 0g, Gorduras Saturadas: 0g, Gorduras trans: 0g, Colesterol: 0 mg, Fibra alimentar: 0,5g, Cálcio: 22mg, Ferro: 0,2mg, Sódio: 0mg. O produto deverá estar livre de sujidades, matérias estranhas, impurezas, umidade excessiva, mofo, bolor, fermentação, odor estranho, grãos ardidos, mofados, deteriorados, quebrados em excesso, bem como de parasitas, larvas, ovos, insetos vivos ou mortos, carunchos, gorgulhos, traças, ácaros ou quaisquer outros organismos que indiquem infestação, contaminação ou armazenamento inadequado. Não podendo ser utilizado no polimento, óleos minerais ou outras substâncias resinosas ou graxas não comestíveis. EMBALAGEM PRIMÁRIA: Sacos plásticos de polietileno bem vedada, atóxico resistentes fechados termos soldado, com rótulo, marca/peso/ data de validade de 6 meses. A data de fabricação não poderá ser anterior a 30 dias da data da entrega. EMBALAGEM SECUNDÁRIA: Entregue em fardos plásticos transparentes. Transporte: veículo limpo e ser capaz de manter a temperatura de conservação (<30 °C), para manter o produto fresco. O ajudante de transporte deve estar devidamente	2



		<p>uniformizado para as entregas. Reposição do produto em caso de deterioração e qualidade inferior ao exigido no prazo máximo de 2 dias. Não será aceito produto que apresente sinais de infestação, presença de "bicho", caruncho, furos nos grãos, pó característico de ataque de insetos, teias, resíduos, embalagens perfuradas, violadas, estufadas, rasgadas, úmidas, sujas, com vazamento ou qualquer indício de comprometimento da qualidade, ainda que dentro do prazo de validade.</p> <p>O produto deve possuir prazo de validade mínimo de 70% no ato da entrega e atender às normas sanitárias vigentes da ANVISA.</p>	
2	UND	<p>FEIJÃO CARIOQUINHA COR CLARA - TIPO 1, grãos inteiros e íntegros, sem bandinhas, de tamanho e forma naturais, maduros, limpos e secos. Isentos de grãos escuros, sujidades, ausência de parasitas, larvas, bolores ou corpos estranhos (terra/objetos/cabelo). Isento de mofo e/ou qualquer impureza.</p> <p>EMBALAGEM PRIMÁRIA: pacote plástico de polietileno de 1 kg, com rótulo, marca/peso/data de fabricação/ data de validade de 6 meses, com data de fabricação máximo 30 dias no ato da entrega. EMBALAGEM SECUNDÁRIA: o produto deverá ser entregue em sacos plásticos transparentes. Transporte: veículo limpo e ser capaz de manter a temperatura de conservação (<30 °C), para manter o produto fresco. O ajudante de transporte deve estar devidamente uniformizado para as entregas. Reposição do produto em caso de deterioração e qualidade inferior ao exigido no prazo máximo de 2 dias. Marcas: Tropical, extra bom, diplomata, MC ou outras marcas equivalentes.</p> <p>O produto deve possuir prazo de validade mínimo de 70% no ato da entrega e atender às normas sanitárias vigentes da ANVISA.</p>	2
3	UND	<p>MACARRÃO TIPO PARAFUSO COM OVOS, pacote de 500 gramas. Ingredientes: sêmola de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, ovos, corantes naturais urucum e cúrcuma. O produto não deverá apresentar qualquer sinal de sujeira, corpos estranhos (objetos/cabelo ou qualquer outro material biológico humano/larvas/fungos/parasitas), nem sabor ácido intenso ou problema na vedação da embalagem. Corresponder as informações nutricionais: Porção de 80g: Valor Energético: 284kcal, Carboidratos 59g, Proteínas 8,8g, Gorduras totais: 1,4g, Gorduras saturadas: 0g, Gordura trans: não contém, Fibra alimentar: 2,0g, Sódio 6mg. CONTÉM GLÚTEN.</p> <p>ALÉRGICOS: CONTÉM OVOS E DERIVADOS DE TRIGO. PODE CONTER SOJA. EMBALAGEM PRIMÁRIA: Pacote plástico (polietileno), bem vedado, deverá trazer informações gerais, rótulo, marca/peso/data de fabricação/ data de validade (de 12 meses). Data de fabricação no máximo 30 dias no ato da entrega. Conter toda listagem de ingredientes e aditivos</p>	2



		<p>químicos e adicionados, especificando a presença de corante e/ou conservante. EMBALAGEM SECUNDÁRIA: o produto deverá ser entregue em sacos plásticos transparentes ou caixas plásticas brancas vazadas, limpa e higienizadas. Transporte: veículo limpo e ser capaz de manter a temperatura de conservação (<30 °C), para manter o produto fresco. O ajudante de transporte deve estar devidamente uniformizado para as entregas. Reposição do produto em caso de deterioração e qualidade inferior ao exigido no prazo máximo de 2 dias. Marcas: Liane, Cristal, Emegê, Dona Benta ou outras marcas equivalentes.</p> <p>O produto deve possuir prazo de validade mínimo de 70% no ato da entrega e atender às normas sanitárias vigentes da ANVISA.</p>	
4	UND	<p>FARINHA DE MANDIOCA TORRADA, caseira, tipo 1, COR CREME, classe grossa, torrada, sem sujidades, ausência de parasitas, larvas, bolores, corpos estranhos ou (terra/objetos/cabelo), umidade em base seca 15%. EMBALAGEM PRIMÁRIA: Pacote plástico de polietileno, atóxico, bem vedado, com rótulo, marca/peso/data de fabricação/ data de validade de 12 meses, data de fabricação máximo 30 dias no ato da entrega. O fornecedor deve apresentar registro do seu alimento no Ministério (MAPA)/ documento comprobatório de isenção do registro. EMBALAGEM SECUNDÁRIA: o produto deverá ser entregue em sacos plásticos transparentes(fardos). Transporte: veículo limpo e ser capaz de manter a temperatura de conservação (<30 °C), para manter o produto fresco. O ajudante de transporte deve estar devidamente uniformizado para as entregas. Reposição do produto em caso de deterioração e qualidade inferior ao exigido no prazo máximo de 2 dias. Marcas: Yoki, Pachá, Kodilar ou outras marcas equivalentes.</p> <p>O produto deve possuir prazo de validade mínimo de 70% no ato da entrega e atender às normas sanitárias vigentes da ANVISA.</p>	1
5	UND	<p>FARINHA DE TRIGO TIPO 1, sem fermento, coloração branca e textura refinada característica, isenta de sujidades, ausência de parasitas, larvas, bolores, corpos estranhos ou (terra/objetos/cabelo). Isenta de mofo e/ou qualquer impureza, umidade em base seca 15%. Ingredientes: Farinha de trigo tipo 1, com ferro e ácido fólico. EMBALAGEM PRIMÁRIA: pacote de papel kraft 1 quilo, bem vedado, contendo informação nutricional e tabela nutricional (principalmente do conteúdo de carboidratos), os ingredientes, marca/peso/data de fabricação/ data de validade (mínima de 12 meses), data de fabricação com no máximo 30 dias no ato da entrega, com registro no ANVISA/Agricultura/documento comprobatório de isenção do registro. EMBALAGEM SECUNDÁRIA: o produto deverá ser</p>	1



		<p>entregue em sacos plásticos transparentes(fardo). Transporte: veículo limpo e ser capaz de manter a temperatura de conservação (<30 °C), para manter o produto fresco. O ajudante de transporte deve estar devidamente uniformizado para as entregas. Reposição do produto em caso de deterioração e qualidade inferior ao exigido no prazo máximo de 2 dias. Marcas: Cristal, Lili, Emegê, Ibiá ou outras marcas equivalentes</p> <p>O produto deve possuir prazo de validade mínimo de 70% no ato da entrega e atender às normas sanitárias vigentes da ANVISA.</p>	
6	UND	<p>Flocão de Milho (Cuscuz) 500g, feito de grãos de milho pré-cozidos e prensados, resultando em flocos largos e achatados. Indica-se produto similar ou superior as marcas: Yoki/Sinhá. O produto deve possuir prazo de validade mínimo de 70% no ato da entrega e atender às normas sanitárias vigentes da ANVISA.</p>	
7	UND	<p>Leite integral 1L. Indica-se produto similar ou superior as marcas: Piracanjuba/ ItalcLEITE INTEGRAL UHT ULTRA PASTEURIZADO - longa vida, 1 litro (submetido ao tratamento térmico de ultra pasteurização a 130/150°C, por um período de 2 a 4 segundos sendo refrigerado imediatamente a 4°C), de consistência líquida, com no mínimo 3% de gordura em 100ml. EMBALAGEM PRIMÁRIA: Tetra pak atóxica e bem vedada, deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, data de validade (prazo de validade 6 meses/ data de fabricação máximo 30 dias no ato da entrega), quantidade do produto e o número de registro no Ministério da Agricultura/SIF/DIPOA e carimbo do Serviço de Inspeção Municipal, ou Estadual, ou Federal. EMBALAGEM SECUNDÁRIA: caixas plásticas brancas vazadas, limpas e higienizadas. Transporte: veículo refrigerado, limpo e ser capaz de manter a temperatura ideal de conservação do alimento (4°C). O ajudante de transporte deve estar devidamente uniformizado para as entregas. Reposição do produto: em caso de deterioração e qualidade inferior ao exigido no prazo máximo de 1 dia. Marcas: LeitBom, Italc, Piracanjuba ou outras marcas equivalentes.</p> <p>O produto deve possuir prazo de validade mínimo de 70% no ato da entrega e atender às normas sanitárias vigentes da ANVISA.</p>	2



8	UND	<p>Sardinha em conserva de óleo. Peixe sardinha (<i>Sardinella brasiliensis</i>) inteiro ou em filés, conservado em óleo vegetal comestível, com teor mínimo de 60% de peixe em relação ao peso líquido escorrido. Características sensoriais: aparência - peixe íntegro, sem fragmentação excessiva; cor - característica da espécie; odor e sabor - próprios do produto fresco conservado. Embalagem: lata estanhada internamente, com peso líquido a partir de 125g, contendo no mínimo 75g de peixe escorrido. Indica-se produto similar ou superior às marcas: Gomes da Costa/Coqueiro/Camil.</p> <p>O produto deve possuir prazo de validade mínimo de 70% no ato da entrega e atender às normas sanitárias vigentes da ANVISA.</p>	2
9	UND	<p>Proteína de Soja Texturizada (PST) Escura (caramelo) 1 kg. Produto obtido a partir de farinha de soja desengordurada, com teor proteico mínimo de 45% sobre o peso seco, em grânulos de 3 a 5mm. Características sensoriais: aparência - grânulos uniformes; cor - escura; odor - neutro característico; sabor - suave após hidratação. Embalagem: saco plástico atóxico, resistente e termosselado, contendo peso líquido de 1kg. Indica-se produto similar ou superior às marcas: Terra Vitta/Camil</p> <p>O produto deve possuir prazo de validade mínimo de 70% no ato da entrega e atender às normas sanitárias vigentes da ANVISA.</p>	1
10	UND	<p>ACÚCAR CRISTAL - Pacote de 2kg, tipo cristal, branco, de primeira qualidade, inodoro, origem vegetal, contendo no mínimo 98,3% de sacarose da cana de açúcar. O açúcar deve estar livre de insetos, larvas, fungos e parasitas. Não devendo estar empedrado, isento de matéria terrosa. EMBALAGEM PRIMÁRIA: Sacos plásticos de polietileno atóxicas bem vedadas, com rótulo, marca/ peso/ data de validade de 12 meses no ato da entrega/ data de fabricação com no máximo 30 dias no ato da entrega. EMBALAGEM SECUNDÁRIA: Sacos plásticos transparentes ou caixas plásticas brancas vazadas, limpas e higienizadas. Transporte: veículo limpo e ser capaz de manter a temperatura de conservação (<30 °C), para manter o produto fresco. O ajudante de transporte deve estar devidamente uniformizado para as entregas. Reposição do produto em caso de deterioração e qualidade inferior ao exigido no prazo máximo de 2 dias. Marcas: Ibiá, Itajá, Cristal ou outras marcas equivalentes.</p> <p>O produto deve possuir prazo de validade mínimo de 70% no ato da entrega e atender às normas sanitárias vigentes da ANVISA.</p>	1



11	UND	<p>Extrato de tomate 340g a 350g – produto Resultante da concentração da polpa de Tomate por processo tecnológico. Preparado Com frutos sadios, maduros, selecionados, sem pele, sem sementes e corantes artificiais. Isento de sujidades e fermentação. Apresentar cor, sabor e odor característico e Agradável. Indica-se produto similar ou superior as marcas: Elefante/ Quero.</p> <p>O produto deve possuir prazo de validade mínimo de 70% no ato da entrega e atender às normas sanitárias vigentes da ANVISA.</p>	2
12	UND	<p>ÓLEO DE SOJA REFINADO , unidade 900 mililitros, obtido de matéria ,prima vegetal soja de aspecto límpido e isento de impurezas, cor e odor característicos. O produto não deverá apresentar qualquer sinal de sujidade, corpos estranhos (objetos/cabelo ou qualquer outro material biológico humano/larvas/fungos/parasitas), sabor ácido intenso ou problemas na vedação da embalagem. Corresponder as informações nutricionais: porção de 13ml, valor energético 108kcal, carboidratos 0g, proteínas 0g, gorduras totais 12g, gorduras saturadas 2g, gorduras trans não contém, gorduras 3g, gorduras polinsaturadas 7g, colesterol 0mg, fibra alimentar 0g, sódio 0mg, vitamina E 2,8mg. Ingredientes: Óleo de Soja Refinado e Antioxidantes (Ácido Cítrico All e TBHQ). EMBALAGEM PRIMÁRIA: garrafa plástica (polietileno), bem vedada, não amassada, deverá trazer tabela nutricional, rótulo, marca/peso/data de fabricação/ data de validade de 6 meses. Data de fabricação no máximo 30 dias no ato da entrega. Conter toda listagem de ingredientes e aditivos químicos e adicionados, especificando a presença de corante e/ou conservante. EMBALAGEM SECUNDÁRIA: o produto deverá ser entregue em caixas de papelão limpas e higienizadas. Transporte: veículo limpo e ser capaz de manter a temperatura de conservação (<30 °C), para manter o produto fresco. O ajudante de transporte deve estar devidamente uniformizado para as entregas. Reposição do produto em caso de deterioração e qualidade inferior ao exigido no prazo máximo de 2 dias. Marcas: Brasileiro, ComiO produto deve possuir prazo de validade mínimo de 70% no ato da entrega e atender às normas sanitárias vigentes da ANVISA.go, Vila Velha ou outras marcas equivalentes.</p>	2



13	UND	<p>Sal refinado de mesa, iodado. Cloreto de Sódio extraído de fontes naturais, recristalizado, com teor mínimo de 98,5% de Cloreto de sódio sobre a substância seca, adicionado de antiemectante e iodo. Características sensoriais: aparência: cristais de granulação uniforme, não devendo estar pegajoso ou empedrado; cor: branca; odor: Inodoro; sabor: característico (salino). Embalagem: saco de polietileno atóxico, resistente, termos soldado, contendo peso Líquido de 1kg. Indica-se produto similar ou superior as marcas: Cisne/ Bom SaborO produto deve possuir prazo de validade mínimo de 70% no ato da entrega e atender às normas sanitárias vigentes da ANVISA.</p>	1
14	UND	<p>Caldo de legumes em tablete, sem adição de sal. Mistura de vegetais desidratados (cebola, alho, salsa, cenoura), gordura vegetal e realçadores de sabor, com teor mínimo de 30% de extrato de legumes sobre a substância seca, adicionado de antiemectante. Características sensoriais: aparência: tabletes homogêneos e sólidos; cor: amarelo claro uniforme; odor: característico de legumes frescos; sabor: pronunciado de legumes, sem notas amargas ou metálicas. Validade mínima 12 meses. Exigência: dissolução completa em água quente em ≤ 2 minutos. Embalagem: saco aluminizado interno com barreira à umidade e luz, contendo peso líquido a partir de 48g (entre 6 e 12 tabletes). Indica-se produto similar ou superior às marcas: Knorr/Maggi/Arisco. O produto deve possuir prazo de validade mínimo de 70% no ato da entrega e atender às normas sanitárias vigentes da ANVISA.</p>	1
15	UND	<p>CAFÉ EM PÓ TORRADO E MOÍDO À VÁCUO, TIPO SUPERIOR, embalagem tijolo de 500g, 100% arábica, contendo na embalagem identificação do produto, a marca do fabricante, a data de fabricação não superior a 60 (sessenta) dias e o prazo de validade não inferior a 12 (doze) meses contados da data de recebimento. Características químicas (exigidas para cada 100g): umidade máxima 5,0% resíduo mineral fixo máximo: 5,0% insolúvel em ácido clorídrico a 10%: máximo 1,0%, cafeína mínimo: 0,7% extrato aquoso mínimo: 25,0%, extrato etéreo mínimo: 8,0%. Características sensoriais: aroma característico do produto acidez baixa a moderada, amargor moderado, sabor característico e equilibrado, livre de sabor fermentado, mofado e de terra, adstringência baixa, corpo razoavelmente encorpado. Análise microscopia, macroscópica e microbiológica conforme legislação. Qualidade global superior a 6,0 na escala sensorial. Com selo de pureza da ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO CAFÉ (ABIC) e/ou Laudos de Análises do produto emitidos por laboratórios credenciados ou acreditados pela Rede REBLAS/ANVISA, MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E/OU</p>	1



		<p>IMETRO comprovar a qualidade do produto. A empresa contratada deverá apresentar certificação impressa do programa de qualidade ABIC e amostra do alimento para análise e aprovação da nutricionista.</p> <p>O produto deve possuir prazo de validade mínimo de 70% no ato da entrega e atender às normas sanitárias vigentes da ANVISA.</p>	
16	UND	<p>ACHOCOLATADO EM PÓ INSTANTÂNEO - Unidade: Embalagem de 550 (quinhentos e cinquenta) gramas. Ingredientes: Açúcar, cacau em pó, maltodextrina, minerais (cálcio ? carbonato de cálcio e ferro ? pirofosfato férrico), soro de leite em pó, vitaminas: vitamina C (ácido L-ascórbico), niacina (nicotinamida), vitamina B2 (riboflavina), vitamina A (acetato de retinila), vitamina B6 (cloridrato de piridoxina), vitamina D (colecalfiferol) e vitamina B12 (cianocobalamina). Produto obtido de matérias-primas de boa qualidade, limpas e selecionadas, isento de matérias terrosas, parasitas, fragmentos de insetos, cascas de sementes de cacau e outros detritos vegetais. Características sensoriais: Aspecto: pó homogêneo Cor: própria do tipo Odor: característico Sabor: doce, próprio do produto. Embalagem Primária: Embalagem plástica em polietileno, atóxica, resistente e adequada para contato com alimentos, contendo 550 g do produto, devidamente rotulada conforme legislação vigente, constando peso líquido, data de fabricação e prazo de validade mínima de 12 (doze) meses, sendo que a data de fabricação não deverá ultrapassar 30 (trinta) dias no ato da entrega. Reposição: O fornecedor deverá substituir o produto no prazo máximo de 02 (dois) dias, sempre que constatada deterioração, avaria ou qualidade inferior à exigida. Marcas de referência: Toddy, Italac, Nestlé ou equivalente que atenda integralmente às especificações.</p> <p>O produto deve possuir prazo de validade mínimo de 70% no ato da entrega e atender às normas sanitárias vigentes da ANVISA.</p>	1
17	UND	<p>BOLACHA DOCE TIPO MAISENA OU LEITE OU SEMELHANTE PRODUTO OBTIDO PELO AMASSAMENTO E COZIMENTO CONVENIENTE DE MASSA PREPARADA COM: FARINHA DE TRIGO, AÇÚCAR, AMIDO DE MILHO, SAL REFINADO, GORDURA VEGETAL, LEITE OU SORO E OUTROS INGREDIENTES QUE NÃO DESCARACTERIZEM O PRODUTO. NO MÍNIMO 90% DO PRODUTO DEVE ESTAR COM AS CARACTERÍSTICAS FÍSICAS INTACTAS (NÃO QUEBRADOS). ACONDICIONADO EM RECIPIENTE ÍNTEGRO, RESISTENTE, VEDADO</p>	1



		<p>HERMETICAMENTE E LIMPO, EMBALAGEM CONTENDO DE 300 A 400G.</p> <p>O produto deve possuir prazo de validade mínimo de 70% no ato da entrega e atender às normas sanitárias vigentes da ANVISA.</p>	
18	UND	<p>BISCOITO SALGADO TIPO CREAM CRACKER água e Sal, pacote de 350 gramas, Ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, gordura vegetal (palma), açúcar invertido, amido de milho, sal, açúcar, fermento químico bicarbonato de sódio (INS 500ii), aromatizante, acidulante ácido láctico (INS 270), melhorador de farinha protease (INS 1101i). Informação nutricional: Porção 30g (6 unidades): Valor energético: 117kcal, carboidratos: 20g, açúcares totais: 1,4g, açúcares adicionados: 1,3g, Proteínas: 2,6g, Gorduras totais: 2,9g, gorduras saturadas: 1,2g, gordura trans: 0g, fibra alimentar: 0,9g, sódio: 171mg. EMBALAGEM PRIMÁRIA: embalagem saco plástico de polietileno bem vedada, com rótulo, marca/peso/data de fabricação/ data de validade (mínima de 6 meses). Data de fabricação máximo 30 dias no ato da entrega. EMBALAGEM SECUNDÁRIA: o produto deverá ser entregue em caixas de papelão limpas e higienizadas. Transporte: veículo limpo e ser capaz de manter a temperatura de conservação (<30 °C), para manter o produto fresco. O ajudante de transporte deve estar devidamente uniformizado para as entregas. Reposição do produto em caso de deterioração e qualidade inferior ao exigido no prazo máximo de 2 dias. Marcas: Marilan, Vitarela ou outras marcas equivalentes.</p> <p>O produto deve possuir prazo de validade mínimo de 70% no ato da entrega e atender às normas sanitárias vigentes da ANVISA.</p>	1
19	UND	<p>Pó para refresco artificial, adoçado, sabores diversos (ex: laranja, uva, maracujá, limão, morango). Apresentação em envelope/sachê com peso líquido de 35g. Rendimento de 1 litro de bebida pronta por envelope. Embalagem individual intacta, atóxica e de fácil manuseio, com informações claras de validade (mínimo de 1 ano) e ingredientes. Marcas: Tang, Clight, Suco Fresh ou outras marcas equivalentes.</p> <p>O produto deve possuir prazo de validade mínimo de 70% no ato da entrega e atender às normas sanitárias vigentes da ANVISA.</p>	2
20	UND	<p>Doce de Goiaba - 300g a 350g. Indica-se produto similar ou superior as marcas: Predileta/ Ameixa Goiana</p>	1
21	UND	<p>Fardo plástico reforçada na Micra 10, com a medida sendo 60x90.</p>	1



- 1.2. Os bens/serviços são caracterizados como comuns, passíveis de padronização de especificações técnicas.
- 1.3. Os descritivos de TODOS os itens foram elaborados a partir de pesquisas online de especificações técnicas de acordo com as demandas do SCFV, em respeito ao art. 19, inciso II da Lei 14.133/2021, o custo total estimado da contratação é R\$64.643,52 (Sessenta e quatro mil seiscientos e quarenta e três reais e cinquenta e dois centavos) conforme custos unitários apostos na tabela acima.
- 1.4. A presente licitação será custeada por uma fonte, sendo com recurso parlamentar, assim especificado:

Processo SEI 202600005009557 - Deputado Estadual George Morais - Objeto: Custeio para Aquisição de Cestas básicas no município de Inhumas-GO - GND: 3 Custeio - R\$ 50.000,00 - Emenda n° 1048.
- 1.5. O valor remanescente caso necessário à execução integral do objeto será custeado por dotações próprias do orçamento municipal, garantindo plena cobertura financeira.
- 1.6. A íntegra deste Termo de Referência, do edital e demais documentos será publicada no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e no Portal da Transparência Municipal, bem como no Diário Oficial da União, em razão de envolver recursos oriundos de emendas parlamentares, em cumprimento ao art. 7º, § 8º, da Lei nº 14.133/2021 e às normas específicas de execução orçamentária da União.

2. DO PRAZO CONTRATUAL

- 2.1. A presente licitação adotará o Sistema de Registro de Preços (SRP), nos termos do Art. 74 da Lei 14.133/2021 e do Decreto nº 10.024/2019, com vigência de 12 (doze) meses, prorrogável por igual período.

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 3.1. A presente contratação está prevista nos planejamentos orçamentários do órgão.
- 3.2. A presente contratação justifica-se pela necessidade de assegurar o atendimento às famílias em situação de vulnerabilidade social e insegurança alimentar no município de Inhumas-GO, por meio da aquisição de cestas básicas destinadas ao atendimento socioassistencial realizado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.
- 3.3. A ação visa atender 204 famílias previamente identificadas e selecionadas com base nos dados constantes no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), observando os critérios técnicos e socioassistenciais estabelecidos pela política



pública de assistência social, priorizando famílias em situação de extrema pobreza, baixa renda, insegurança alimentar, desemprego, composição familiar vulnerável e demais situações de risco e desproteção social.

- 3.4. A aquisição das cestas básicas constitui medida essencial para garantir a segurança alimentar e nutricional das famílias atendidas, minimizando os impactos decorrentes das vulnerabilidades socioeconômicas enfrentadas, sobretudo diante das dificuldades de acesso a recursos mínimos para subsistência, contribuindo para a preservação da dignidade humana e fortalecimento da proteção social básica.
- 3.5. Destaca-se que a demanda decorre do recebimento de emenda destinada especificamente à aquisição de cestas básicas, tornando necessária a instauração do presente procedimento para viabilizar a correta aplicação dos recursos públicos, garantindo o atendimento da finalidade proposta, observados os princípios da eficiência, economicidade, interesse público e continuidade dos serviços socioassistenciais prestados pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

- 4.1. A escolha da modalidade como Pregão Eletrônico, nos termos da Lei nº 14.133/2021, justifica-se pela natureza do objeto a ser adquirido – bens comuns, definidos como aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no edital –, o que é o caso das cestas básicas compostas por itens alimentícios de especificações padronizadas.
- 4.2. A contratação em pauta reveste-se de caráter emergencial e essencial à dignidade humana, uma vez que a não aquisição tempestiva das cestas básicas comprometerá o atendimento de famílias que dependem deste benefício para suprir suas necessidades alimentares básicas. O desabastecimento dessas cestas pode gerar impactos sociais negativos, aprofundando o ciclo de vulnerabilidade, expondo crianças, idosos e pessoas com deficiência a riscos sociais e sanitários ainda maiores.
- 4.3. Diante do exposto, e considerando a urgência da demanda, a padronização do objeto, o interesse público envolvido e a necessidade de assegurar economicidade, ampla competitividade, legalidade e transparência, conclui-se pela adequação e conveniência da realização do processo licitatório na modalidade Pregão Eletrônico para a aquisição das cestas básicas destinadas as demandas contínuas de assistência da Secretaria de Desenvolvimento Social.
- 4.4. Assim sendo, solicita-se a continuidade do trâmite administrativo com vistas baseado neste Termo de Referência e nas instruções do processo licitatório, de modo a atender de forma eficaz e tempestiva a população vulnerável abrangida pela presente política pública.
- 4.5. Deve-se considerar: o **menor preço**, a qualidade dos materiais, a pontualidade no prazo de entrega e a localização geográfica do Município de Inhumas.



4.6. Considerando a natureza do objeto, **não se mostra viável o fracionamento** por itens individuais, uma vez que a cesta básica deve ser entregue pronta e padronizada, conforme especificações técnicas do edital, garantindo uniformidade e qualidade aos beneficiários; o fracionamento por itens isolados aumentaria os custos operacionais e os riscos de despadronização, além de dificultar a fiscalização e a entrega final.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Sustentabilidade

5.1.1. Além dos critérios de sustentabilidade inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

5.1.2. Bens constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2.

5.1.3. No caso de fornecimento de Produtos de origem animal, são requisitos para aceitação destes, conforme Guia Nacional de Contratações Sustentáveis 6ª Edição, os estabelecimentos deverão estar registrados no Serviço de Inspeção Federal (SIF), Serviço de Inspeção Estadual (SIE), Sistema de Inspeção Municipal (SIM) ou registrados pelos serviços de inspeção que aderiram ao Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária por meio do Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SISBI/POA).

5.1.4. Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do instituto nacional de metrologia, normalização e qualidade industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares.

5.1.5. Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

5.1.6. Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima de recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr (VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

5.1.7. Itens devem conter no mínimo 08 (oito) meses para vencimento da validade.

5.2. Marcas/modelos

5.3. Indica-se as marcas constantes nas descrições dos itens, como referência ou facilitação da descrição do objeto, nos termos do art. 41, I, d, da Lei 14.133/2021.



5.4. Caso não seja apresentada a marca referência disposta no descritivo do item, o licitante deverá apresentar prova de qualidade de produto similar, conforme disciplinado no art. 42, da Lei 14.133/2021.

5.5. **Subcontratação**

5.5.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

5.6. **Garantia**

5.6.1. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. **MÉTODOS E ESTRATÉGIAS DE SUPRIMENTO**

6.1. **Condições de entrega**

6.2. A empresa contratada terá o prazo de 08 (oito) dias úteis para efetuar a entrega dos itens.

6.3. A entrega deverá ser realizada no seguinte endereço: Secretaria de Desenvolvimento Social (**SEDES**) - Rua Bartolomeu Bueno Qd.1 Lt.1 Bairro Anhanguera.

6.3.1. O endereço acima disposto poderá ser alterado sem qualquer ônus à contratante.

6.4. Os bens serão recebidos apenas entre 07:30 e 10:30 ou 13:30 e 16:30, nos endereços acima apontados.

6.5. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7. **GESTÃO DO CONTRATO**

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de entrega será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, com registro formal no processo administrativo.



- 7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 7.5. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por representante da Administração, que verificará o cumprimento das condições estabelecidas, assegurando o atendimento adequado das necessidades da SEDES.
- 7.6. O fiscal do contrato registrará todas as ocorrências relacionadas à **entrega das cestas básicas montadas**, anotando qualquer irregularidade ou não conformidade e notificando a contratada para a devida correção dentro do prazo estipulado.
- 7.7. O fiscal comunicará ao gestor do contrato eventuais problemas que exijam decisão superior, garantindo a adoção das providências cabíveis para assegurar a qualidade do material adquirido.
- 7.8. O gestor do contrato coordenará a atualização dos registros administrativos, incluindo pedidos, entregas, prazos, ocorrências e medidas adotadas, garantindo o controle adequado do fornecimento e a correta liquidação da despesa.
- 7.9. Caso sejam constatadas falhas recorrentes ou descumprimento de obrigações, o gestor do contrato tomará as providências necessárias para aplicação das penalidades previstas em lei.
- 7.10. Em nenhuma hipótese as cestas podem ser entregues desmontadas, os fardos devem estar prontos e na entrega serão observados pelo fiscal do contrato a validade dos itens, caso estejam em discordância devem ser trocados.

8. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

8.1. Recebimento do objeto

8.1.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.1.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo consignado neste documento, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.



8.1.3. O recebimento ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.1.4. O prazo para recebimento poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.1.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.1.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.1.7. O recebimento definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.2. **Liquidação**

8.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de até 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

8.2.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 8.2.2.1. o prazo de validade do documento;
- 8.2.2.2. a data da emissão;
- 8.2.2.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 8.2.2.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 8.2.2.5. o valor a pagar; e
- 8.2.2.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.2.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;



8.2.4. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2.5. A Administração deverá realizar consulta para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas para contratação.

8.2.6. Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.2.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.2.8. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.2.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

8.3. Prazo para pagamento

8.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30(trinta) dias contados da finalização da liquidação da despesa.

8.3.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

8.4. Forma de pagamento

8.4.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.



8.4.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.4.5. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

9.1. Julgamento da proposta

9.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **Licitação modalidade Pregão Eletrônico**, com adoção do critério de julgamento pelo **menor preço**.

9.2. Habilitação jurídica

9.2.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

9.2.1.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.2.1.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.2.1.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.2.1.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.2.1.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede.

9.2.1.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;



- 9.2.1.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.
- 9.2.1.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 9.2.1.9. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.3. Regularidade fiscal e trabalhista

- 9.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 9.3.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 9.3.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.3.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.3.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.3.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital e Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.3.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.



9.3.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9.4. **Qualificação Econômico Financeira**

9.4.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da empresa / profissional.

9.5. **Qualificação Técnica**

9.5.1. A fim de comprovar a capacidade técnica da contratada e assegurar a adequada execução dos serviços, poderá ser exigida a apresentação de atestados de capacidade técnica emitidos por terceiros (públicos ou privados), que comprovem a execução anterior de fornecimento de equipamentos e acessórios de informática de natureza compatível com o objeto contratado. Tal medida encontra respaldo no art. 68 da Lei nº 14.133/2021 e tem como finalidade garantir a regularidade, qualidade e eficiência da prestação dos serviços.

10. **ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral.

10.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Gestão/Unidade: Manutenção Secretaria de Desenvolvimento Social - SEDES
Dotação: 11-21-08.244.0052.2.039;
Natureza de Despesa: 3.3.90.32.00;
Ficha: 0936;
Fonte: 137;
Quantidade: 174 UNIDADES

Gestão/Unidade: Manutenção Secretaria de Desenvolvimento Social - SEDES
Dotação: 11-21-08.244..0052.2.039
Natureza de Despesa: 3.3.90.32.00;
Ficha: 0936;
Fonte: 100
Quantidade: 30 UNIDADES

10.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. **OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**



- 11.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste instrumento e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 11.2. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 11.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 11.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 11.5. Entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) certidão que comprove a regularidade perante a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do contratado; 5) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 6) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 11.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 11.7. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 11.8. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 11.9. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 11.10. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 11.11. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;



11.12. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

11.13. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

12. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

12.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

12.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

12.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

12.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

12.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

12.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente instrumento;

12.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste instrumento;

12.8. Cientificar o órgão de representação judicial para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

12.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente instrumento, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

12.10. A Administração terá o prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

12.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.



- 12.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 12.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

13. DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

- 13.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.
- 13.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o intervalo de um ano contados da assinatura do contrato, aplicando-se o índice INPC.
- 13.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 13.4. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 13.5. O índice utilizado para reajuste será sempre o **definitivo** na data da aferição final.
- 13.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento seja extinto ou deixe de ser aplicável, será adotado o **índice oficial substituto**, conforme a legislação vigente.
- 13.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 13.8. O reajuste será realizado por Apostilamento.
- 13.9. Durante a vigência do contrato, caso ocorra algum fato imprevisível ou previsível de efeitos incalculáveis, que causem o desequilíbrio econômico financeiro do contrato, a contratada poderá pleitear o reequilíbrio do contrato.
- 13.10. A recomposição de preços com vistas ao restabelecimento do equilíbrio econômico financeiro somente se dará após o prazo da validade da proposta, que não deverá ser inferior à 60 (Sessenta) dias, mediante apresentação de requerimento apresentando a planilha de composição de preços dos produtos, bem como documentos que comprovem satisfatoriamente a quebra do equilíbrio econômico financeiro do contrato.



13.11. O Contrato poderá ser alterado, mediante Termo Aditivo e com as devidas justificativas, nos casos previstos no art. 124 da Lei no 14.133/2021;

13.12. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões do objeto deste Contrato, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) de seu valor inicial ressalvado as condições relativas às supressões, que poderão exceder este limite, conforme previsto artigo 125 da Lei Federal nº 14.133/2021.

14. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

14.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

15. MEDIDAS ACAUTELATÓRIAS

15.1. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

16. INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. O não cumprimento do fornecimento conforme especificado poderá resultar em advertência formal e, em casos de descumprimento total, aplicação de multa proporcional ao prejuízo causado à Administração, nos termos do artigo 155 da Lei 14.133/2021 e do Decreto Municipal Nº 317/2024.

Inhumas, 17 de junho de 2026.

Talita Monique de Godoi Santos
Departamento de Compras Social



1. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 1.1.** O presente Estudo Técnico Preliminar tem por objeto a aquisição de cestas básicas destinadas ao atendimento de famílias em situação de vulnerabilidade social no Município de Inhumas-GO.
- 1.2.** A contratação decorre da necessidade de garantir a segurança alimentar e nutricional de famílias acompanhadas pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, atendendo situações de vulnerabilidade socioeconômica identificadas por meio do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico e demais instrumentos técnicos de acompanhamento socioassistencial.
- 1.3.** A aquisição das cestas básicas constitui ação essencial da Proteção Social Básica, contribuindo para minimizar os impactos da insegurança alimentar, do desemprego, da insuficiência de renda e de outras situações de risco social que comprometem a subsistência das famílias atendidas.
- 1.4.** A demanda visa atender 204 famílias previamente identificadas pela equipe técnica da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, observando critérios socioassistenciais e priorizando famílias em situação de extrema pobreza, baixa renda e insegurança alimentar.
- 1.5.** A presente contratação também se justifica em razão do recebimento de recurso oriundo de emenda parlamentar destinada especificamente à aquisição de cestas básicas, tornando necessária a execução do procedimento licitatório para correta aplicação dos recursos públicos.

2. DA BASE FUNDAMENTAL DA AQUISIÇÃO

- 2.1.** Os atos normativos pertinentes à pretendida aquisição serão fundamentados pela Lei nº 14.133/2021; Lei Complementar nº 123/2006; Decreto Federal nº 10.024/2019; Decreto Federal nº 11.462/2023 e Decreto nº 11.878/2024.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 3.1.** Para fins de contratação a empresa ou facilitador pretendida deverá apresentar as documentações abaixo:



- 3.2. A contratação deverá observar os requisitos mínimos de qualidade, segurança alimentar e conformidade sanitária estabelecidos pela legislação vigente.
- 3.3. Os produtos deverão atender às normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, e demais órgãos fiscalizadores competentes.
- 3.4. Todos os gêneros alimentícios deverão possuir prazo de validade mínimo correspondente a 70% do prazo total de validade no momento da entrega.
- 3.5. As cestas deverão ser entregues montadas, completas e acondicionadas em embalagem resistente, conforme especificações do Termo de Referência.
- 3.6. Os produtos deverão apresentar qualidade compatível com as marcas de referência indicadas ou equivalentes tecnicamente comprovadas.
- 3.7. Não será admitida subcontratação do objeto.

3.8. Habilitação jurídica

3.8.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

3.8.2. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

3.8.3. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

3.8.4. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

3.8.5. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

3.8.6. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede.

3.8.7. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;



3.8.8. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

3.8.9. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

3.9. Regularidade fiscal e trabalhista

3.9.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

3.9.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

3.9.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

3.9.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

3.9.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

3.9.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

3.9.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.



3.9.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

3.10. Qualificação Técnica

3.10.1. A licitante deverá comprovar, por meio de **atestado(s) de capacidade técnica**, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que já executou serviços compatíveis em características e complexidade com o **objeto da presente contratação**.

3.10.2. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos que sejam necessários.

4. ESTIMATIVA DE QUANTIDADES E MEMÓRIA DE CÁLCULO

4.1. A estimativa foi realizada com base no levantamento da demanda atual da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, que se enquadram no perfil.

4.2. Foram identificadas 204 famílias em situação de vulnerabilidade social aptas ao recebimento do benefício eventual na forma de cesta básica.

4.3. Dessa forma, as quantidades estimadas foram definidas de forma **aproximada e não obrigatória**, servindo apenas como referência para a formação de preços e planejamento da contratação, podendo ser utilizadas conforme a necessidade da Administração, respeitando-se os limites estabelecidos na Ata de Registro de Preços

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DA SOLUÇÃO

5.1. Foi realizado levantamento de mercado visando identificar as alternativas disponíveis para atendimento da necessidade pública.

5.2. Foram analisadas as seguintes soluções:

Solução 01 – Aquisição individualizada dos gêneros alimentícios

Necessidade de armazenamento;

Maior custo operacional;

Maior demanda de fiscalização; Maior risco de divergência entre lotes.



5.3. Solução 02 – Aquisição de cestas básicas montadas

Padronização dos itens;

Maior eficiência logística;

Facilidade de fiscalização;

Redução dos custos administrativos;

Agilidade na distribuição às famílias.

5.4. Após análise técnica e econômica, verificou-se que a aquisição de cestas básicas montadas apresenta como a alternativa mais vantajosa para a Administração Pública.

5.5. A solução escolhida garante economicidade, eficiência administrativa, padronização dos produtos e rapidez no atendimento às famílias beneficiárias.

6. ESTIMATIVA DE PREÇOS

6.1. Após a escolha da melhor solução para o problema existente, a pesquisa de preço foi realizada no Banco de Preços e constatamos que o valor global da ordem de R\$ 58.956,00 (Cinquenta e oito mil novecentos e cinquenta e seis reais) em doze meses de trabalho.

6.2. No entanto, o valor indicado acima serve apenas como parâmetro para identificar o valor estimado da contratação, não sendo parâmetro para estimar o valor de mercado. O levantamento foi realizado com base nos requisitos do art. 23, da Lei 14.133/2021 e do Decreto que regulamenta a matéria.

7. D ESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

7.1. A solução proposta consiste na aquisição de cestas básicas a qual compõe os seguintes itens:

ITEM	UNID	ALIMENTOS	QNT
1	UND	ARROZ AGULHINHA POLIDO, CLASSE LONGO FINO, TIPO 1, GRÃOS ÍNTEGROS, embalagem plástica, peso líquido 5 quilos. Tabela nutricional (porção 50g) Valor energético: 191 kcal, Carboidratos: 43g, Proteínas: 3g, Gorduras Totais: 0g, Gorduras Saturadas: 0g, Gorduras trans: 0g, Colesterol: 0 mg, Fibra alimentar: 0,5g, Cálcio: 22mg, Ferro: 0,2mg, Sódio: 0mg. O produto deverá estar livre de sujidades, matérias estranhas, impurezas, umidade excessiva, mofo, bolor, fermentação, odor estranho, grãos ardidos, mofados,	2



		<p>deteriorados, quebrados em excesso, bem como de parasitas, larvas, ovos, insetos vivos ou mortos, carunchos, gorgulhos, traças, ácaros ou quaisquer outros organismos que indiquem infestação, contaminação ou armazenamento inadequado. Não podendo ser utilizado no polimento, óleos minerais ou outras substâncias resinosas ou graxas não comestíveis.</p> <p>EMBALAGEM PRIMÁRIA: Sacos plásticos de polietileno bem vedada, atóxico resistentes fechados termos soldado, com rótulo, marca/peso/ data de validade de 6 meses. A data de fabricação não poderá ser anterior a 30 dias da data da entrega.</p> <p>EMBALAGEM SECUNDÁRIA: Entregue em fardos plásticos transparentes. Transporte: veículo limpo e ser capaz de manter a temperatura de conservação (<30 °C), para manter o produto fresco. O ajudante de transporte deve estar devidamente uniformizado para as entregas. Reposição do produto em caso de deterioração e qualidade inferior ao exigido no prazo máximo de 2 dias. Não será aceito produto que apresente sinais de infestação, presença de "bicho", caruncho, furos nos grãos, pó característico de ataque de insetos, teias, resíduos, embalagens perfuradas, violadas, estufadas, rasgadas, úmidas, sujas, com vazamento ou qualquer indício de comprometimento da qualidade, ainda que dentro do prazo de validade.</p> <p>O produto deve possuir prazo de validade mínimo de 70% no ato da entrega e atender às normas sanitárias vigentes da ANVISA.</p>	
2	UND	<p>FEIJÃO CARIOQUINHA COR CLARA - TIPO 1, grãos inteiros e íntegros, sem bandinhas, de tamanho e forma naturais, maduros, limpos e secos. Isentos de grãos escuros, sujidades, ausência de parasitas, larvas, bolores ou corpos estranhos (terra/objetos/cabelo). Isento de mofo e/ou qualquer impureza.</p> <p>EMBALAGEM PRIMÁRIA: pacote plástico de polietileno de 1 kg, com rótulo, marca/peso/data de fabricação/ data de validade de 6 meses, com data de fabricação máximo 30 dias no ato da entrega. EMBALAGEM SECUNDÁRIA: o produto deverá ser entregue em sacos plásticos transparentes. Transporte: veículo limpo e ser capaz de manter a temperatura de conservação (<30 °C), para manter o produto fresco. O ajudante de transporte deve estar devidamente uniformizado para as entregas. Reposição do produto em caso de deterioração e qualidade inferior ao exigido no prazo máximo de 2 dias. Marcas: Tropical, extra bom, diplomata, MC ou outras marcas equivalentes.</p> <p>O produto deve possuir prazo de validade mínimo de 70% no ato da entrega e atender às normas sanitárias vigentes da ANVISA.</p>	2



3	UND	<p>MACARRÃO TIPO PARAFUSO COM OVOS, pacote de 500 gramas. Ingredientes: sêmola de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, ovos, corantes naturais urucum e cúrcuma. O produto não deverá apresentar qualquer sinal de sujidade, corpos estranhos (objetos/cabelo ou qualquer outro material biológico humano/larvas/fungos/parasitas), nem sabor ácido intenso ou problema na vedação da embalagem. Corresponder as informações nutricionais: Porção de 80g: Valor Energético: 284kcal, Carboidratos 59g, Proteínas 8,8g, Gorduras totais: 1,4g, Gorduras saturadas: 0g, Gordura trans: não contém, Fibra alimentar: 2,0g, Sódio 6mg. CONTÉM GLÚTEN.</p> <p>ALÉRGICOS: CONTÉM OVOS E DERIVADOS DE TRIGO. PODE CONTER SOJA. EMBALAGEM PRIMÁRIA: Pacote plástico (polietileno), bem vedado, deverá trazer informações gerais, rótulo, marca/peso/data de fabricação/ data de validade (de 12 meses). Data de fabricação no máximo 30 dias no ato da entrega. Conter toda listagem de ingredientes e aditivos químicos e adicionados, especificando a presença de corante e/ou conservante. EMBALAGEM SECUNDÁRIA: o produto deverá ser entregue em sacos plásticos transparentes ou caixas plásticas brancas vazadas, limpa e higienizadas. Transporte: veículo limpo e ser capaz de manter a temperatura de conservação (<30 °C), para manter o produto fresco. O ajudante de transporte deve estar devidamente uniformizado para as entregas. Reposição do produto em caso de deterioração e qualidade inferior ao exigido no prazo máximo de 2 dias. Marcas: Liane, Cristal, Emegê, Dona Benta ou outras marcas equivalentes.</p> <p>O produto deve possuir prazo de validade mínimo de 70% no ato da entrega e atender às normas sanitárias vigentes da ANVISA.</p>	2
4	UND	<p>FARINHA DE MANDIOCA TORRADA, caseira, tipo 1, COR CREME, classe grossa, torrada, sem sujidades, ausência de parasitas, larvas, bolores, corpos estranhos ou (terra/objetos/cabelo), umidade em base seca 15%.</p> <p>EMBALAGEM PRIMÁRIA: Pacote plástico de polietileno, atóxico, bem vedado, com rótulo, marca/peso/data de fabricação/ data de validade de 12 meses, data de fabricação máximo 30 dias no ato da entrega. O fornecedor deve apresentar registro do seu alimento no Ministério (MAPA)/ documento comprobatório de isenção do registro. EMBALAGEM SECUNDÁRIA: o produto deverá ser entregue em sacos plásticos transparentes(fardos). Transporte: veículo limpo e ser capaz de manter a temperatura de conservação (<30 °C), para manter o produto fresco. O ajudante de transporte deve estar devidamente uniformizado para as entregas. Reposição do produto em caso de deterioração e qualidade inferior ao exigido</p>	1



		<p>no prazo máximo de 2 dias. Marcas: Yoki, Pachá, Kodilar ou outras marcas equivalentes.</p> <p>O produto deve possuir prazo de validade mínimo de 70% no ato da entrega e atender às normas sanitárias vigentes da ANVISA.</p>	
5	UND	<p>FARINHA DE TRIGO TIPO 1, sem fermento, coloração branca e textura refinada característica, isenta de sujidades, ausência de parasitas, larvas, bolores, corpos estranhos ou (terra/objetos/cabelo). Isenta de mofo e/ou qualquer impureza, umidade em base seca 15%. Ingredientes: Farinha de trigo tipo 1, com ferro e ácido fólico. EMBALAGEM PRIMÁRIA: pacote de papel kraft 1 quilo, bem vedado, contendo informação nutricional e tabela nutricional (principalmente do conteúdo de carboidratos), os ingredientes, marca/peso/data de fabricação/data de validade (mínima de 12 meses), data de fabricação com no máximo 30 dias no ato da entrega, com registro no ANVISA/Agricultura/documento comprobatório de isenção do registro. EMBALAGEM SECUNDÁRIA: o produto deverá ser entregue em sacos plásticos transparentes(fardo). Transporte: veículo limpo e ser capaz de manter a temperatura de conservação (<30 °C), para manter o produto fresco. O ajudante de transporte deve estar devidamente uniformizado para as entregas. Reposição do produto em caso de deterioração e qualidade inferior ao exigido no prazo máximo de 2 dias. Marcas: Cristal, Lili, Emegê, Ibiá ou outras marcas equivalentes</p> <p>O produto deve possuir prazo de validade mínimo de 70% no ato da entrega e atender às normas sanitárias vigentes da ANVISA.</p>	1
6	UND	<p>Flocão de Milho (Cuscuz) 500g, feito de grãos de milho pré-cozidos e prensados, resultando em flocos largos e achatados. Indica-se produto similar ou superior as marcas: Yoki/Sinhá.</p> <p>O produto deve possuir prazo de validade mínimo de 70% no ato da entrega e atender às normas sanitárias vigentes da ANVISA.</p>	
7	UND	<p>Leite integral 1L. Indica-se produto similar ou superior as marcas: Piracanjuba/ ItalaLEITE INTEGRAL UHT ULTRA PASTEURIZADO - longa vida, 1 litro (submetido ao tratamento térmico de ultra pasteurização a 130/150°C, por um período de 2 a 4 segundos sendo refrigerado imediatamente a 4°C), de consistência líquida, com no mínimo 3% de gordura em 100ml. EMBALAGEM PRIMÁRIA: Tetra pak atóxica e bem vedada, deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, data de validade (prazo de validade 6 meses/ data de fabricação máximo 30 dias no ato da entrega), quantidade do produto e o número de</p>	2



		<p>registro no Ministério da Agricultura/SIF/DIPOA e carimbo do Serviço de Inspeção Municipal, ou Estadual, ou Federal. EMBALAGEM SECUNDÁRIA: caixas plásticas brancas vazadas, limpas e higienizadas. Transporte: veículo refrigerado, limpo e ser capaz de manter a temperatura ideal de conservação do alimento (4°C). O ajudante de transporte deve estar devidamente uniformizado para as entregas. Reposição do produto: em caso de deterioração e qualidade inferior ao exigido no prazo máximo de 1 dia. Marcas: LeitBom, Italac, Piracanjuba ou outras marcas equivalentes.</p> <p>O produto deve possuir prazo de validade mínimo de 70% no ato da entrega e atender às normas sanitárias vigentes da ANVISA.</p>	
8	UND	<p>Sardinha em conserva de óleo. Peixe sardinha (<i>Sardinella brasiliensis</i>) inteiro ou em filés, conservado em óleo vegetal comestível, com teor mínimo de 60% de peixe em relação ao peso líquido escorrido. Características sensoriais: aparência - peixe íntegro, sem fragmentação excessiva; cor - característica da espécie; odor e sabor - próprios do produto fresco conservado. Embalagem: lata estanhada internamente, com peso líquido a partir de 125g, contendo no mínimo 75g de peixe escorrido. Indica-se produto similar ou superior às marcas: Gomes da Costa/Coqueiro/Camil.</p> <p>O produto deve possuir prazo de validade mínimo de 70% no ato da entrega e atender às normas sanitárias vigentes da ANVISA.</p>	2
9	UND	<p>Proteína de Soja Texturizada (PST) Escura (caramelo) 1 kg. Produto obtido a partir de farinha de soja desengordurada, com teor proteico mínimo de 45% sobre o peso seco, em grânulos de 3 a 5mm. Características sensoriais: aparência - grânulos uniformes; cor - escura; odor - neutro característico; sabor - suave após hidratação. Embalagem: saco plástico atóxico, resistente e termosselado, contendo peso líquido de 1kg. Indica-se produto similar ou superior às marcas: Terra Vitta/Camil</p> <p>O produto deve possuir prazo de validade mínimo de 70% no ato da entrega e atender às normas sanitárias vigentes da ANVISA.</p>	1
10	UND	<p>AÇÚCAR CRISTAL - Pacote de 2kg, tipo cristal, branco, de primeira qualidade, inodoro, origem vegetal, contendo no mínimo 98,3% de sacarose da cana de açúcar. O açúcar deve estar livre de insetos, larvas, fungos e parasitas. Não devendo estar empedrado, isento de matéria terrosa. EMBALAGEM PRIMÁRIA: Sacos plásticos de polietileno atóxicas bem vedadas, com rótulo, marca/ peso/ data de validade de 12 meses no ato da entrega/ data de fabricação com no máximo 30 dias no ato da entrega. EMBALAGEM SECUNDÁRIA: Sacos plásticos transparentes ou caixas plásticas brancas vazadas, limpas e</p>	1



		<p>higienizadas. Transporte: veículo limpo e ser capaz de manter a temperatura de conservação (<30 °C), para manter o produto fresco. O ajudante de transporte deve estar devidamente uniformizado para as entregas. Reposição do produto em caso de deterioração e qualidade inferior ao exigido no prazo máximo de 2 dias. Marcas: Ibiá, Itajá, Cristal ou outras marcas equivalentes. O produto deve possuir prazo de validade mínimo de 70% no ato da entrega e atender às normas sanitárias vigentes da ANVISA.</p>	
11	UND	<p>Extrato de tomate 340g a 350g – produto Resultante da concentração da polpa de Tomate por processo tecnológico. Preparado Com frutos sadios, maduros, selecionados, sem pele, sem sementes e corantes artificiais. Isento de sujidades e fermentação. Apresentar cor, sabor e odor característico e Agradável. Indica-se produto similar ou superior as marcas: Elefante/ Quero. O produto deve possuir prazo de validade mínimo de 70% no ato da entrega e atender às normas sanitárias vigentes da ANVISA.</p>	2
12	UND	<p>ÓLEO DE SOJA REFINADO , unidade 900 mililitros, obtido de matéria ,prima vegetal soja de aspecto límpido e isento de impurezas, cor e odor característicos. O produto não deverá apresentar qualquer sinal de sujidade, corpos estranhos (objetos/cabelo ou qualquer outro material biológico humano/larvas/fungos/parasitas), sabor ácido intenso ou problemas na vedação da embalagem. Corresponder as informações nutricionais: porção de 13ml, valor energético 108kcal, carboidratos 0g, proteínas 0g, gorduras totais 12g, gorduras saturadas 2g, gorduras trans não contém, gorduras 3g, gorduras polinsaturadas 7g, colesterol 0mg, fibra alimentar 0g, sódio 0mg, vitamina E 2,8mg. Ingredientes: Óleo de Soja Refinado e Antioxidantes (Ácido Cítrico All e TBHQ). EMBALAGEM PRIMÁRIA: garrafa plástica (polietileno), bem vedada, não amassada, deverá trazer tabela nutricional, rótulo, marca/peso/data de fabricação/ data de validade de 6 meses. Data de fabricação no máximo 30 dias no ato da entrega. Conter toda listagem de ingredientes e aditivos químicos e adicionados, especificando a presença de corante e/ou conservante. EMBALAGEM SECUNDÁRIA: o produto deverá ser entregue em caixas de papelão limpas e higienizadas. Transporte: veículo limpo e ser capaz de manter a temperatura de conservação (<30 °C), para manter o produto fresco. O ajudante de transporte deve estar devidamente uniformizado para as entregas. Reposição do produto em caso de deterioração e qualidade inferior ao exigido no prazo máximo de 2 dias. Marcas: Brasileiro, ComiO produto deve possuir prazo de validade mínimo de 70% no ato da entrega e atender</p>	2



		às normas sanitárias vigentes da ANVISA.go, Vila Velha ou outras marcas equivalentes.	
13	UND	Sal refinado de mesa, iodado. Cloreto de Sódio extraído de fontes naturais, recristalizado, com teor mínimo de 98,5% de Cloreto de sódio sobre a substância seca, adicionado de antiuementante e iodo. Características sensoriais: aparência: cristais de granulação uniforme, não devendo estar pegajoso ou empedrado; cor: branca; odor: Inodoro; sabor: característico (salino). Embalagem: saco de polietileno atóxico, resistente, termos soldado, contendo peso Líquido de 1kg. Indica-se produto similar ou superior as marcas: Cisne/ Bom Sabor O produto deve possuir prazo de validade mínimo de 70% no ato da entrega e atender às normas sanitárias vigentes da ANVISA.	1
14	UND	Caldo de legumes em tablete , sem adição de sal. Mistura de vegetais desidratados (cebola, alho, salsa, cenoura), gordura vegetal e realçadores de sabor, com teor mínimo de 30% de extrato de legumes sobre a substância seca, adicionado de antiuementante. Características sensoriais: aparência: tabletes homogêneos e sólidos; cor: amarelo claro uniforme; odor: característico de legumes frescos; sabor: pronunciado de legumes, sem notas amargas ou metálicas. Validade mínima 12 meses. Exigência: dissolução completa em água quente em ≤ 2 minutos. Embalagem: saco aluminizado interno com barreira à umidade e luz, contendo peso líquido a partir de 48g (entre 6 e 12 tabletes). Indica-se produto similar ou superior às marcas: Knorr/Maggi/Arisco. O produto deve possuir prazo de validade mínimo de 70% no ato da entrega e atender às normas sanitárias vigentes da ANVISA.	1
15	UND	CAFÉ EM PÓ TORRADO E MOÍDO À VÁCUO, TIPO SUPERIOR , embalagem tijolo de 500g, 100% arábica, contendo na embalagem identificação do produto, a marca do fabricante, a data de fabricação não superior a 60 (sessenta) dias e o prazo de validade não inferior a 12 (doze) meses contados da data de recebimento. Características químicas (exigidas para cada 100g): umidade máxima 5,0% resíduo mineral fixo máximo: 5,0% insolúvel em ácido clorídrico a 10%: máximo 1,0%, cafeína mínimo: 0,7% extrato aquoso mínimo: 25,0%, extrato etéreo mínimo: 8,0%. Características sensoriais: aroma característico do produto acidez baixa a moderada, amargor moderado, sabor característico e equilibrado, livre de sabor fermentado, mofado e de terra, adstringência baixa, corpo razoavelmente encorpado. Análise microscopia, macroscópica e microbiológica conforme legislação. Qualidade global superior a 6,0 na escala sensorial. Com selo de pureza da ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO CAFÉ (ABIC) e/ou Laudos de Análises do produto emitidos por	1



		<p>laboratórios credenciados ou acreditados pela Rede REBLAS/ANVISA, MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E/OU IMETRO comprovar a qualidade do produto. A empresa contratada deverá apresentar certificação impressa do programa de qualidade ABIC e amostra do alimento para análise e aprovação da nutricionista.</p> <p>O produto deve possuir prazo de validade mínimo de 70% no ato da entrega e atender às normas sanitárias vigentes da ANVISA.</p>	
16	UND	<p>ACHOCOLATADO EM PÓ INSTANTÂNEO - Unidade: Embalagem de 550 (quinhentos e cinquenta) gramas. Ingredientes: Açúcar, cacau em pó, maltodextrina, minerais (cálcio ? carbonato de cálcio e ferro ? pirofosfato férrico), soro de leite em pó, vitaminas: vitamina C (ácido L-ascórbico), niacina (nicotinamida), vitamina B2 (riboflavina), vitamina A (acetato de retinila), vitamina B6 (cloridrato de piridoxina), vitamina D (colecalfiferol) e vitamina B12 (cianocobalamina). Produto obtido de matérias-primas de boa qualidade, limpas e selecionadas, isento de matérias terrosas, parasitas, fragmentos de insetos, cascas de sementes de cacau e outros detritos vegetais. Características sensoriais: Aspecto: pó homogêneo Cor: própria do tipo Odor: característico Sabor: doce, próprio do produto. Embalagem Primária: Embalagem plástica em polietileno, atóxica, resistente e adequada para contato com alimentos, contendo 550 g do produto, devidamente rotulada conforme legislação vigente, constando peso líquido, data de fabricação e prazo de validade mínima de 12 (doze) meses, sendo que a data de fabricação não deverá ultrapassar 30 (trinta) dias no ato da entrega. Reposição: O fornecedor deverá substituir o produto no prazo máximo de 02 (dois) dias, sempre que constatada deterioração, avaria ou qualidade inferior à exigida. Marcas de referência: Toddy, Italac, Nestlé ou equivalente que atenda integralmente às especificações.</p> <p>O produto deve possuir prazo de validade mínimo de 70% no ato da entrega e atender às normas sanitárias vigentes da ANVISA.</p>	1
17	UND	<p>BOLACHA DOCE TIPO MAISENA OU LEITE OU SEMELHANTE PRODUTO OBTIDO PELO AMASSAMENTO E COZIMENTO CONVENIENTE DE MASSA PREPARADA COM: FARINHA DE TRIGO, AÇÚCAR, AMIDO DE MILHO, SAL REFINADO, GORDURA VEGETAL, LEITE OU SORO E OUTROS INGREDIENTES QUE NÃO DESCARACTERIZEM O PRODUTO. NO MÍNIMO 90% DO PRODUTO DEVE ESTAR COM AS CARACTERÍSTICAS FÍSICAS INTACTAS (NÃO QUEBRADOS). ACONDICIONADO EM</p>	1



ADM. 2025 À 2028

		<p>RECIPIENTE ÍNTEGRO, RESISTENTE, VEDADO HERMETICAMENTE E LIMPO, EMBALAGEM CONTENDO DE 300 A 400G.</p> <p>O produto deve possuir prazo de validade mínimo de 70% no ato da entrega e atender às normas sanitárias vigentes da ANVISA.</p>	
18	UND	<p>BISCOITO SALGADO TIPO CREAM CRACKER água e Sal, pacote de 350 gramas, Ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, gordura vegetal (palma), açúcar invertido, amido de milho, sal, açúcar, fermento químico bicarbonato de sódio (INS 500ii), aromatizante, acidulante ácido láctico (INS 270), melhorador de farinha protease (INS 1101i). Informação nutricional: Porção 30g (6 unidades): Valor energético: 117kcal, carboidratos: 20g, açúcares totais: 1,4g, açúcares adicionados: 1,3g, Proteínas: 2,6g, Gorduras totais: 2,9g, gorduras saturadas: 1,2g, gordura trans: 0g, fibra alimentar: 0,9g, sódio: 171mg. EMBALAGEM PRIMÁRIA: embalagem saco plástico de polietileno bem vedada, com rótulo, marca/peso/data de fabricação/ data de validade (mínima de 6 meses). Data de fabricação máximo 30 dias no ato da entrega. EMBALAGEM SECUNDÁRIA: o produto deverá ser entregue em caixas de papelão limpas e higienizadas. Transporte: veículo limpo e ser capaz de manter a temperatura de conservação (<30 °C), para manter o produto fresco. O ajudante de transporte deve estar devidamente uniformizado para as entregas. Reposição do produto em caso de deterioração e qualidade inferior ao exigido no prazo máximo de 2 dias. Marcas: Marilan, Vitarela ou outras marcas equivalentes.</p> <p>O produto deve possuir prazo de validade mínimo de 70% no ato da entrega e atender às normas sanitárias vigentes da ANVISA.</p>	1
19	UND	<p>Pó para refresco artificial, adoçado, sabores diversos (ex: laranja, uva, maracujá, limão, morango). Apresentação em envelope/sachê com peso líquido de 35g. Rendimento de 1 litro de bebida pronta por envelope. Embalagem individual intacta, atóxica e de fácil manuseio, com informações claras de validade (mínimo de 1 ano) e ingredientes. Marcas: Tang, Clight, Suco Fresh ou outras marcas equivalentes.</p> <p>O produto deve possuir prazo de validade mínimo de 70% no ato da entrega e atender às normas sanitárias vigentes da ANVISA.</p>	2
20	UND	<p>Doce de Goiaba - 300g a 350g. Indica-se produto similar ou superior as marcas: : Predileta/ Ameixa Goiana</p>	1



21	UND	Fardo plástico reforçada na Micra 10 com a medida 60x90.	1
----	-----	---	---

7.1.1. A solução consiste na contratação de empresa especializada para fornecimento de 204 cestas básicas completas, contendo gêneros alimentícios de primeira qualidade, observadas as especificações constantes do Termo de Referência.

7.1.2. A aquisição será realizada mediante Pregão Eletrônico, com critério de julgamento pelo menor preço.

7.1.3. A contratação utilizará o Sistema de Registro de Preços, permitindo maior flexibilidade administrativa durante a vigência contratual.

7.1.4. As cestas deverão ser entregues prontas para distribuição, devidamente montadas e acondicionadas em embalagem resistente.

8. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO OU NÃO (ITEM)

8.1. Embora a Lei nº 14.133/2021 recomende o parcelamento quando tecnicamente viável, no presente caso não se mostra vantajoso.

8.2. A cesta básica constitui um conjunto indivisível destinado ao atendimento imediato das famílias beneficiárias.

8.3. O parcelamento por item acarretaria em um aumento dos custos logísticos, dificuldade de fiscalização, alto risco de fornecimento incompleto, uma despadronização das cestas e um prejuízo à execução da política pública.

8.4. Dessa forma, conclui-se pela contratação em lote único correspondente à cesta básica completa.

9. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

9.1. Com a contratação pretende-se:

Garantir segurança alimentar às famílias beneficiadas;

Reduzir situações de insegurança alimentar;

Fortalecer a proteção social básica;

Atender adequadamente a demanda socioassistencial do município;

Aplicar corretamente os recursos oriundos da emenda parlamentar.

9.2. Busca-se ainda promover maior eficiência administrativa e economicidade na gestão dos



recursos públicos.

10. PROVIDÊNCIAS NECESSÁRIAS

10.1. Não se verifica a necessidades de previdência prévia do contrato para a viabilidade do processo licitatório.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

11.1. Não se verifica contratações correlatas nem interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

12. IMPACTOS AMBIENTAIS

12.1. Os impactos ambientais são considerados reduzidos.

12.2. A contratada deverá observar práticas sustentáveis relacionadas às embalagens, transporte e descarte de resíduos, em conformidade com a legislação ambiental vigente.

12.3. Sempre que possível deverão ser utilizados materiais recicláveis e embalagens ambientalmente adequadas.

13. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE OU NÃO

13.1. Considerando os levantamentos realizados, a necessidade pública identificada, a disponibilidade orçamentária e a adequação da solução proposta, conclui-se que a contratação é: **TECNICAMENTE VIÁVEL, ECONOMICAMENTE VANTAJOSA E ADMINISTRATIVAMENTE NECESSÁRIA**, atendendo ao interesse público e aos princípios previstos na Lei nº 14.133/2021.

Inhumas, 16 de junho de 2026.

Talita Monique de Godoi Santos
Dep. De Compras Secretaria de Desenvolvimento Social



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 043/2026.
PROCESSO Nº 1196/2026.

SESSÃO PÚBLICA: ----/----/20**, ÀS ----H----MIN (----) HORAS.

LOCAL: *** ÓRGÃO LICITANTE

IDENTIFICAÇÃO DA PROPONENTE

NOME DE FANTASIA:						
RAZÃO SOCIAL:						
CNPJ:						
INSC. EST.:						
OPTANTE PELO SIMPLES? SIM () NÃO()						
ENDEREÇO:						
BAIRRO:			CIDADE:			
CEP:			E-MAIL:			
TELEFONE:			CELULAR:			
CONTATO DA LICITANTE:			TELEFONE:			
BANCO DA LICITANTE:			CONTA BANCÁRIA DA LICITANTE:			
Nº DA AGÊNCIA:						
ITENS	DESCRIÇÃO	MARCA	QUANT.	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1.						
TOTAL POR EXTENSO:						

A empresa acima identificada declara que:

- 1 Estão inclusas no valor cotado todas as despesas com mão de obra e, bem como, todos os tributos e encargos fiscais, sociais, trabalhistas, previdenciários e comerciais e, ainda, os gastos com transporte e acondicionamento dos produtos em embalagens adequadas.
- 2 Validade da proposta: 60 (sessenta) dias.
- 3 Prazo de início de fornecimento/execução dos serviços de acordo com o estabelecido no termo de referência do edital desse processo.
- 4 Que não incide nas vedações previstas na lei nº 14.133/2021.

LOCAL E DATA

CARIMBO DA EMPRESA/ASSINATURA DO RESPONSÁVEL

OBS. Serão desclassificadas as propostas que apresentarem cotações contendo preços excessivos, simbólicos, de valor zero ou inexequíveis, na forma da legislação em vigor, ou ainda, que ofereçam preços ou vantagens baseadas nas ofertas dos demais licitantes.



**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 043/2026.
PROCESSO Nº 1196/2026.**

NOME DA EMPRESA
CNPJ:
ENDEREÇO:
TELEFONE:
E-MAIL:

Declaro para fins de participação no processo licitatório Pregão Eletrônico:

• Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos; que se compromete a cumprir todos os termos do edital e a fornecer material de qualidade, declara sob as penas da lei que cumpre plenamente os requisitos de habilitação.

• Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus artigos 42 a 49;

DECLARO, PARA FINS DA LC 123/2006 E SUAS ALTERAÇÕES, SOB AS PENALIDADES DESTA, SER:

() MICROEMPRESA – Receita bruta anual igual ou inferior a 360.000,00 e estando apta a fruir os benefícios e vantagens legalmente instituídas por não se enquadrar em nenhuma das vedações legais impostas pelo § 4º do art. 3º da lei complementar nº 123/06 alterada pela lc 147/2014.

() EMPRESA DE PEQUENO PORTE – Receita bruta anual superior a 360.000,00 e igual ou inferior a 4.800.000,00 valores, estando apta a fruir os benefícios e vantagens legalmente instituídas por não se enquadrar em nenhuma das vedações legais impostas pelo § 4º do art. 3º da lei complementar nº 123/06 alterada pela lc 147/2014.

() MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL

() SOCIEDADE COOPERATIVA MENCIONADA NO ARTIGO 16 DA LEI 14.133, DE 2021.

• Que está ciente e concorda com as condições estabelecidas no Edital e seus anexos.
• Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o artigo 93, da Lei nº 8.213/91.



- Que inexistem fatos impeditivos para habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências de fatos supervenientes posteriores;
- Que não emprego menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- Que não está sob o regime de falência, concordata, dissolução ou liquidação;
- Que não pesa contra si declaração de inidoneidade, expedida em face de inexecução total ou parcial de contratos com outros entes públicos, nos termos da Lei 14.133/21.
- Declara, sob as penas da lei, que na qualidade de proponente de procedimento licitatório sob a modalidade pregão, não integra nosso corpo social, nem nosso quadro funcional empregado público ou membro comissionado de órgão direto ou indireto da Administração Municipal com vínculo de parentesco em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, ou, ainda, que sejam cônjuges ou companheiros de ocupantes do quadro dessa Prefeitura Municipal, nos cargos de direção e chefia ou exercentes de função gratificada de mesma natureza, bem como de seus agentes políticos.
- Declara, que a proposta apresentada para participar da presente Licitação foi elaborada de maneira independente e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da presente Licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa.

LOCAL, DATA, ANO

CARIMBO DA EMPRESA/ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PELA EMPRESA



CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº _____/2026.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 043/2026.
PROCESSO Nº 1196/2026.

O _____, com sede no(a) _____, na cidade de _____ /Estado ..., inscrito(a) no CNPJ sob o nº _____, neste ato representado(a) pelo(a) _____ (cargo e nome), nomeado(a) pela _____, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) _____, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº _____, sediado(a) na _____, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por _____ (nome e função), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no **Processo nº 1196/2026** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº **043/2026**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento e a contratação de empresa especializada para aquisição de cestas básicas no município de Inhumas- GO visando atendimento de 204 famílias em situação de vulnerabilidade social, selecionadas com base nos dados do Cadastro único para Programas Sociais do Governo Federal, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.4. O Termo de Referência;

1.5. O Edital de licitação;

1.6. A Proposta do contratado;

1.7. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.8. O valor total da contratação é de R\$...... (.....)



1.9. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

1.10. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de sua assinatura até 12 (doze) meses, prorrogável respeitada a vigência máxima decenal, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA - PAGAMENTO

5.1.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

6. CLÁUSULA SEXTA - REAJUSTE

6.1.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrealizáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado para a contratação, ocorrido em 17/06/2026.



- 6.1.2.** Após o interregno de um ano, e mediante pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice INPC, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 6.1.3.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 6.1.4.** No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.
- 6.1.5.** Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 6.1.6.** Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 6.1.7.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 6.1.8.** O reajuste será realizado por apostilamento.
- 6.1.9.** Durante a vigência do contrato, caso ocorra algum fato imprevisível ou previsível de efeitos incalculáveis, que causem o desequilíbrio econômico financeiro do contrato, a contratada poderá pleitear o reequilíbrio do contrato

7. CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 7.1.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 7.2.** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 7.3.** Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 7.4.** Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 7.5.** Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;



- 7.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;
- 7.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 7.8. Cientificar o órgão de representação judicial para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 7.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 7.10. A Administração terá o prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 7.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.
- 7.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 7.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8. CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 8.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 8.2. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada, se for o caso;
- 8.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 8.4. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 8.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;



- 8.6.** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 8.7.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 8.8.** Entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) certidão que comprove a regularidade perante a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do contratado 5) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 6) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 8.9.** Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 8.10.** Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 8.11.** Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 8.12.** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na contratação;
- 8.13.** Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação.
- 8.14.** Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas.



- 8.15.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 8.16.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.17.** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;
- 8.18.** Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 8.19.** Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;
- 8.20.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- 8.21.** Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou agente público que desempenhe função na licitação ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021.

9. CLÁUSULA NONA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 9.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
- 9.1.1.** der causa à inexecução parcial do contrato;
- 9.1.2.** der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 9.1.3.** der causa à inexecução total do contrato;
- 9.1.4.** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;



- 9.1.5. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- 9.1.6. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 9.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 9.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 9.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções de advertência, multa, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – EXTINÇÃO CONTRATUAL

- 10.1. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 10.2. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
- 10.3. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
- 10.4. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
- 10.5. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:
- 10.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 10.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 10.5.3. Indenizações e multas.
- 10.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Descrição	Dotação Orçamentária	Despesa	Ficha	Fonte	Valor



11.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – CASOS OMISSOS

12.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES A LGPD

14.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

14.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

14.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

14.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.



14.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

14.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

14.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

14.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

14.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

14.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

14.11. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

14.12. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

14.13. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.



16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - FORO

16.1. Fica eleito o Foro da cidade de Inhumas para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Inhumas-GO, xx de xxxx de xxxxx

Contratante

Contratado

Testemunhas

1. _____ CPF _____
2. _____ CPF _____